

musca — transferido, por razões de interesse público, para idêntico lugar da Conservatória do Registo Predial de Baião, com efeitos a partir da data do respectivo despacho, mantendo a mesma situação remuneratória e ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

20 de Março de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 7672/2006 (2.ª série). — Por despachos de 5 de Dezembro de 2005 do vice-presidente do Governo Regional da Madeira e de 27 de Fevereiro de 2006 do Secretário de Estado da Justiça:

Elsa Maria Fradique Infante da Silva, segunda-ajudante da Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial de Câmara de Lobos — autorizada da transferência para idêntico lugar do quadro da Conservatória do Registo Civil de Albergaria-a-Velha (2.º escalão, índice 225), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

21 de Março de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho n.º 7673/2006 (2.ª série). — Considerando que, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, se mantém transitoriamente em vigor as estruturas orgânicas e dos serviços da ex-CCRLVT e da ex-DRAOT-LVT até à definição da nova estrutura dos serviços da CCDRLVT;

Considerando que se encontra vago o lugar correspondente ao cargo de chefe de divisão do Ordenamento do Território, da Direcção de Serviços de Gestão Territorial, previsto no anexo a que se refere o n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 127/2001, de 17 de Abril, e importando assegurar a coordenação e a regular prossecução das atribuições e competências cometidas àquela unidade orgânica;

Reunindo a licenciada Marta Antonieta Moreira Aleixo de Alvarenga, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da ex-CCRLVT, os requisitos legais exigíveis, bem como o perfil pretendido para o exercício do cargo:

Nomeio, no uso da competência própria conferida pela alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º e ao abrigo do artigo 27.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, em regime de substituição, a licenciada Marta Antonieta Moreira Aleixo de Alvarenga no cargo de chefe de divisão do Ordenamento do Território, da ex-DRAOT-LVT, com efeitos à data do presente despacho.

9 de Março de 2006. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira*.

Nota curricular

Nome — Marta Antonieta Moreira Aleixo de Alvarenga.

Curriculo académico — licenciada em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Participou em diversos seminários, congressos, sessões técnicas, acções de formação e cursos nas áreas de sistemas de informação geográfica e ordenamento do território.

Curriculo profissional:

Entre 1990-1992, exerceu funções como técnica superior no Instituto Nacional de Planeamento Físico de Moçambique, no âmbito das actividades de cooperação técnica do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal com Moçambique, tendo participado na elaboração de vários planos de ordenamento de cidades, bem como na elaboração de documentos de apoio à recolha e gestão de informação territorial;

Entre 1993 e 1994, exerceu funções como técnica superior no Gabinete do Plano Director da Câmara Municipal do Funchal, tendo participado na elaboração do respectivo PDM;

Em 1994 ingressou no quadro da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo onde, até ao ano de 2000, exerceu funções como técnica superior, tendo participado na conceptualização e operacionalização de

sistemas de informação geográfica no âmbito de projectos diversos, nomeadamente do SNIG, do SIG de apoio à gestão dos processos de transformação do uso do solo, do PROTAML e do Observatório Económico e Social das Novas Travessias do Tejo em Lisboa — Ponte Vasco da Gama. Elaborou ainda o documento «Caracterização física e do ordenamento do território da região de Lisboa e Vale do Tejo»;

Entre 2000 e 2002, esteve requisitada no Ministério dos Negócios Estrangeiros para exercer funções como técnica superior no Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental de Moçambique, no âmbito das actividades de cooperação técnica portuguesa, tendo participado na elaboração de vários planos de ordenamento de cidades e na concepção das bases do Programa Nacional de Ordenamento Territorial de Moçambique e da Proposta Técnica Preliminar da Lei de Planeamento e Ordenamento Territorial de Moçambique. Foi ainda responsável pela conceptualização do sistema de informação para a gestão ambiental, planeamento e ordenamento do território do ministério;

Entre 2001 e 2002, exerceu funções de consultoria em Sistemas de Informação Geográfica na empresa SEED — Projectos de Engenharia e Arquitectura, sediada em Moçambique, tendo sido responsável pela conceptualização e operacionalização do SIG de apoio às actividades da empresa;

Desde 2002, exerce funções como técnica superior na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo participando no acompanhamento da revisão ou alteração de PDM, presidindo ou representando a CCDRLVT nas respectivas CMC acompanhando a elaboração de PU, colaborando na redelimitação da Reserva Ecológica Nacional no âmbito de IGT e emitindo pareceres diversos de apoio à decisão em matéria das competências da CCDDR em termos de ordenamento do território e da Reserva Ecológica Nacional. Colaborou ainda na elaboração do manual de procedimentos da CCDRLVT e na conceptualização de aplicações informáticas de apoio à gestão de processos.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação

Despacho n.º 7674/2006 (2.ª série). — Nos termos dos artigos 35.º a 41.º e 137.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, e do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, delegeo no secretário-geral do Ministério da Economia e da Inovação, engenheiro Mário Marques da Silva, com faculdade de subdelegar, a competência para a prática dos seguintes actos de gestão orçamental relativos ao orçamento do meu Gabinete:

- 1) Autorizar as alterações orçamentais constantes do n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 71/95, de 15 de Abril;
- 2) Assinar os pedidos de libertação de créditos e respectivos pedidos de autorização de pagamentos, a enviar mensalmente à respectiva delegação da Direcção-Geral do Orçamento, nos termos dos artigos 17.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho;
- 3) Autorizar a antecipação de duodécimos, nos termos do Decreto-Lei n.º 50-A/2006, de 10 de Março.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura, ficando ratificados todos os actos que, no âmbito dos poderes ora delegados, tenham sido praticados desde 1 de Janeiro de 2006.

22 de Março de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação, *António José de Castro Guerra*.

Secretaria-Geral

Aviso n.º 4197/2006 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Dezembro de 2005 do director do Gabinete de Estratégia e Estudos, foi dada por finda, a seu pedido, a comissão de serviço da licenciada Maria Ângela Pais da Graça Lobo, no cargo de directora de serviços de Estudos e Política Económica do Gabinete de Estratégia e Estudos, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2005.

14 de Março de 2006. — O Secretário-Geral, *Mário Silva*.